



# Câmara Municipal de Montes Claros

## AVISO DE EDITAL

### 1ª RETIFICAÇÃO

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2022

**OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços, com fornecimento de materiais para Instalação fachada revestida em ACM com 4mm de espessura (marca de referência utilizada: bold ou similar), com estrutura de fixação em Alumínio para o prédio da Câmara Municipal de Montes Claros, conforme projetos existentes.

- **APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:** Dia 02/08/2022, às 09:00 (nove horas).
- **ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:** Dia 02/08/2022, às 09:10 (nove horas e dez minutos).
- **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** Na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, situada na Rua Urbino Viana – Nº 600 – Centro – Montes Claros/MG.
- **CONSULTAS AO EDITAL:** Quadro de Avisos localizado no prédio da Câmara, à Rua Urbino Viana – Nº 600 – Centro – Montes Claros/MG ou pelo site: [www.montesclaros.mg.leg.br](http://www.montesclaros.mg.leg.br).
- **ESCLARECIMENTOS:** na Sala de Compras das 8h (oito horas) às 14h (quatorze horas), de segunda a sexta, exceto feriados, na Rua Urbino Viana – Nº 600 – Centro – Montes Claros/MG, pelo email [compras@montesclaros.mg.leg.br](mailto:compras@montesclaros.mg.leg.br) ou através do telefone (38) 3690-5400 (Ramais 5453 / 5452 / 5473).
- **Referência de tempo:** Horário de Brasília/DF.



# Câmara Municipal de Montes Claros

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### 1ª RETIFICAÇÃO

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2022

---

#### PREÂMBULO

---

A **Câmara Municipal de Montes Claros**, com endereço na Rua Urbino Viana – Nº 600 – Centro – Montes Claros/MG, CNPJ 25.218.645/0001-26, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 55/2022**, na modalidade **Pregão Presencial nº 22/2022**, do **tipo menor preço por lote**, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002, Decreto Municipal n.º 2.111 de 08/03/2005, Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, e alterações, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

Os trabalhos serão conduzidos pelo servidor da Câmara Municipal de Montes Claros João José Oliveira de Aguiar, designado Pregoeiro, e integrarão a Equipe de Apoio os servidores: Anderson Ramos e Santos, Eliane Aparecida Costa e Macreidy Valésia Barbosa Caldeira, designados pela Portaria nº 181/2021 - publicada em 22/10/2021; e, Nilton Lúcio Cavalcante designado pela Portaria nº 63/2022 - publicada em 18/03/2022.

---

#### I - OBJETO

---

Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços, com fornecimento de materiais para Instalação fachada revestida em ACM com 4mm de espessura (marca de referência utilizada: bold ou similar), com estrutura de fixação em Alumínio para o prédio da Câmara Municipal de Montes Claros, conforme projetos existentes.

---

#### II – ÁREA SOLICITANTE

---

Gerência Administrativa da Câmara Municipal de Montes Claros.

---

#### III – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

---

1- Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, no site [www.montesclaros.mg.leg.br](http://www.montesclaros.mg.leg.br) e permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no *hall* do 2º piso do edifício sede da Câmara Municipal de Montes Claros, ou ainda poderá ser obtida pelos interessados na Sala de Compras, situada na Rua Urbino Viana – Nº 600 – Centro – Montes Claros/MG, de segunda a sexta (exceto feriados) das 8h (oito horas) às 14h (quatorze horas).

2- Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados A/C do pregoeiro, para o e-mail [compras@montesclaros.mg.leg.br](mailto:compras@montesclaros.mg.leg.br), e telefones: (38) 3690-5400 (ramais: 5453 / 5482 / 5473) ou diretamente na Câmara Municipal de Montes Claros, no endereço constante na fl. 1 deste edital.

2.1- As respostas do pregoeiro às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por email, telefone ou disponibilizadas no site [www.montesclaros.mg.leg.br](http://www.montesclaros.mg.leg.br), ficando acessíveis a todos os interessados.

3- As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site [www.montesclaros.mg.leg.br](http://www.montesclaros.mg.leg.br), com vista a possíveis alterações e avisos.



# Câmara Municipal de Montes Claros

4- Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, protocolizadas na Coordenadoria de Compras e Licitações da Câmara, à Rua Urbino Viana – Nº 600 – Centro – Montes Claros/MG. – CEP 39400-087, a partir da publicação do aviso do edital até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada, das 8h (oito horas) às 14h (quatorze horas), para recebimento das propostas, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.1- A Câmara não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

4.2- A decisão do pregoeiro será enviada ao impugnante via e-mail, e será divulgada no site desta Câmara para conhecimento de todos os interessados.

---

## IV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

---

1- Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas no Título VI, VII e VIII deste instrumento convocatório.

1.1 - Participação da Sessão Oficial do Pregão Presencial os representantes efetivamente credenciados.

2- Não poderá participar da presente licitação, a empresa:

2.1- suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração;

2.2- em consórcio;

2.3- com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial.

3- A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

4- Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

---

## V – CREDENCIAMENTO

---

1- Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, **no dia 02/08/2022, às 09:00 (nove horas)**, na sala de reuniões da Câmara, devidamente munidos de: carteira de identidade ou documento legal equivalente, documento que o credencie a participar deste certame – modelo do anexo III ou procuração por instrumento público ou particular, através da qual lhe seja atribuído poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante. O referido documento deverá ser entregue ao pregoeiro **fora dos envelopes** de “Propostas e Documentação”, juntamente com a **Declaração de Condição de ME, EPP ou Equiparada**, conforme modelo constante no **anexo IV** (no caso de empresa optante pelo Simples Nacional). Deverá apresentar ainda, para conferência e independente dos documentos de habilitação, CONTRATO SOCIAL ou DOCUMENTO EQUIVALENTE que comprove ser sócio administrador e/ou a quem foi dado poderes ao representante, sob pena de não credenciamento.

1.1- Os licitantes deverão **declarar expressamente** que cumprem o disposto no inciso **XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil**; bem como a **Inexistência de Superveniência e Fato Impeditivo**; do Cumprimento do **Artigo 100 da L.O.M.**; e que, cumpre plenamente os requisitos de



# Câmara Municipal de Montes Claros

habilitação do processo licitatório em epígrafe, em atenção ao **art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002**, conforme **Anexo V** do Edital.

2- Após o credenciamento, se dará a abertura oficial do pregão, às **09h10min, no dia 02/08/2022**, no Plenário da Câmara Municipal de Montes Claros.

3- O sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante deverá apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente e o respectivo Estatuto ou Contrato Social atualizado.

4- O documento de credenciamento, se for o caso, poderá obedecer ao modelo do **Anexo III** e, se não o fizer, deverão ser apresentados com todos os dados informativos contidos no modelo.

5- O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

---

## **VI - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.**

---

1- Os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser entregues ao Pregoeiro na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2022

**“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”**

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO LICITANTE

AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2022

**“PROPOSTA COMERCIAL”**

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO LICITANTE

---

## **VII - PROPOSTA COMERCIAL**

---

1- A proposta comercial poderá ser apresentada conforme **Modelo de Proposta Comercial - Anexo II** - ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, em uma via, com identificação da empresa proponente, n.º do CNPJ, endereço e assinada pelo seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado.

2- A proposta e os lances deverão referir-se a cada item cotado;

2.1- Os itens deverão seguir as normas de conformidade da categoria, conforme descrito no anexo I deste edital;

3- A proposta comercial deverá ser apresentada considerando, obrigatoriamente com o prazo de validade não inferiores ao período de 60 (sessenta) dias corridos.



# Câmara Municipal de Montes Claros

- 4.- A proposta deverá referir-se à integralidade do objeto cotado.
- 4..1- A licitante deverá apresentar sua proposta no Anexo II deste instrumento, ou utilizar modelo próprio, desde que contenha a mesma forma e todas as informações previstas no referido anexo.
- 4..2- Os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país;
- 4..2- Havendo divergência entre o preço expresso em algarismos e o expresso por extenso, prevalecerá este último.
- 4..3- O valor da proposta diz respeito unicamente, ao objeto licitado.
- 4.4- A Proposta Comercial deverá ser rubricada e numerada sequencialmente, da primeira à última folha, de modo a refletir seu número exato.
- 4.5- Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo proponente, no ato do envio de sua proposta comercial.
- 4.6- A eventual falta de numeração ou a numeração incorreta será suprida pelo representante da Licitante na sessão de abertura das propostas.
- 4.7- A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.
- 4.8- As propostas que omitirem o prazo de validade previsto no item 3.1.1, serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.
- 4.9- A apresentação da proposta em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o proponente.

---

## VIII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

---

- 1- O licitante que ofertar o menor preço poderá apresentar o Certificado de Registro Cadastral - CRC – expedido pela Câmara Municipal de Montes Claros, desde que possua **a mesma linha de fornecimento do objeto licitado**, ou os documentos constantes do item 4 deste Título, para fins de habilitação no certame.
- 2- O licitante que **apresentar o CRC** deverá apresentar ainda, os seguintes documentos:
  - 2.1- Atos constitutivos:
    - 2.1.1- Contrato social ou estatuto e sua última alteração;
    - 2.1.2- Registro comercial, no caso de empresa individual;
    - 2.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
    - 2.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
  - 2.2- Alvará de Funcionamento;
- 3- Na hipótese dos documentos relacionados no item 4 deste Título, não constarem no CRC ou estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados novos documentos, em vigor.
- 4- O licitante que não apresentar o CRC deverá apresentar a documentação discriminada a seguir:**
  - 4.1- Atos constitutivos:
    - 4.1.1- Contrato social ou estatuto e sua última alteração; ou
    - 4.1.2- Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
    - 4.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou



# Câmara Municipal de Montes Claros

4.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.2- Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.

4.3- Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do estado.

4.4- Prova de Regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Conforme Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, a prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, serão unificadas em um único documento, disponível no site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

4.5- Prova de Regularidade relativa à seguridade social - **Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS**, emitida pelo órgão competente. Conforme Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, a prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, serão unificadas em um único documento, disponível no site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

4.6- Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- **FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal;

4.7- Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data fixada para a abertura das propostas;

4.8- Certidão emitida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos trabalhistas, disponível no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei nº 12.440/11;

4.9- Alvará de Funcionamento;

4.10- Cartão de CNPJ.

## **4.11- Documentação relativa à qualificação técnica:**

**a)** A comprovação de aptidão da licitante no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, ocorrerá mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado, **vedado o somatório de itens para obtenção do quantitativo total.**

**a.1)** Atestado ou declaração de capacidade técnica deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já forneceu itens compatíveis com o objeto desta licitação.

**a.2)** O atestado deverá ser emitido em papel timbrado e conter todos os dados da empresa ou órgão emissor, bem como a individualização de seu signatário, cargo, telefones, e-mail ou qualquer outro elemento que permita a identificação e contato.

**a.3)** No atestado deverá conter no mínimo:

- Execução de ACM em fachada mínimo de 100m<sup>2</sup>;

- Utilização de sistema de andaime, balancinho, plataforma elevatória ou similar.

**OBSERVAÇÃO:** Poderá ser realizadas diligências para verificação da veracidade das informações declaradas no atestado.

**b)** O licitante **PODERÁ** agendar a Visita Técnica (facultativa) junto Coordenadoria de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Montes Claros pessoalmente ou através dos telefones (38) 99118-5400 / 3690-5400 (Ramal 5452 / 5453 / 5473) (segunda e sexta – exceto feriados), das 08:00 às 14:00, até o dia útil





# Câmara Municipal de Montes Claros

anterior à data de realização do certame. **Caso não faça a visita técnica e não apresente o atestado de vistoria emitido pela Câmara, o licitante deverá atestar que conhece o local e as condições de realização da obra, por meio de declaração própria, conforme anexo VII, sob pena de inabilitação.**

## 4.12- Qualificação econômico-financeira:

**4.12.1** - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

**4.12.2** - O Balanço Patrimonial poderá ser atualizado até a data da apresentação da proposta, devendo ser utilizado o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indicador que o venha substituir, mediante apresentação, junto à documentação, de memorial de cálculo, assinados pelo contador da empresa participante da licitação.

**4.12.3** - As empresas com menos de um exercício financeiro devem apresentar Balanço de Abertura ou último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

**4.12.4** - Serão considerados "na forma da lei" o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial, no caso de empresa S/A; ou

b) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

**4.12.5** - O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentados deverão conter assinatura do **REPRESENTANTE LEGAL** da empresa licitante e do **SEU CONTADOR** ou, caso apresentadas, por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador, sua assinatura e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC - são **INDISPENSÁVEIS**.

**4.12.6** - Prova de possuir Patrimônio Líquido, cujo valor seja, no mínimo, igual a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

**4.12.7** - Análise Contábil-financeira da empresa, para a avaliação de sua situação financeira, a ser apresentada em memorial de cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), assinada pelo contador responsável, com as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

**4.12.8**- Será considerada apta financeiramente a empresa que tiver os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) maiores que 1 (um).

5- O Pregoeiro e a equipe de apoio efetuarão consulta ao site da Receita Federal na *internet* para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ**, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

5.1- Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativas / comprovantes da situação do licitante que serão juntados aos autos do processo licitatório.



# Câmara Municipal de Montes Claros

6- A Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

6.1- Havendo restrições **nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

6.2- A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

6.3- Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 2 (dois) dias úteis inicialmente concedidos.

6.4- A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do item 4.7 do título IX, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

7- Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados **em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente**, com exceção dos extraídos pela *internet*, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

7.1- Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, **desde que os respectivos originais sejam apresentados** ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação.

7.1.1- Os documentos sem autenticação poderão ser autenticados 24hs antes da sessão na sala de compras; ou ainda no momento da sessão, mediante apresentação de documentos originais.

7.2- Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

7.3- Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor ou pelo edital, deverão ser datados dos últimos 30 (trinta dias) dias anteriores à data de sua apresentação, exceto os atestados de capacidade técnica.

8- A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o proponente, sendo aplicado o disposto no item 2 do Título IX.

9- Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

---

## IX – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

---

1- Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

### 2- Classificação das Propostas Comerciais

2.1- Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas se verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.





# Câmara Municipal de Montes Claros

2.2- O Pregoeiro classificará a proposta de menor preço e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.

2.3- Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três) licitantes presentes, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

2.4- Será desclassificada a proposta que:

2.4.1- não se refira à integralidade do item cotado;

2.4.2- apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do art. 44 e inciso I e II do art. 48, da Lei Federal nº 8.666/93;

2.4.3- não cumpra prazos e demais exigências estabelecidas em diligências ou no edital.

2.4.4- não atenda às exigências do instrumento convocatório ou das diligências.

## 3- Lances Verbais

3.1- Aos licitantes classificados para participação na etapa de lances, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço aos demais e em ordem decrescente de valor.

3.2- Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio, para definir a ordem de apresentação dos lances.

3.3- Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pelo Pregoeiro.

3.4- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

## 4- Julgamento

4.1- Para julgamento da proposta mais vantajosa, será adotado o critério de **menor preço por item**.

4.2- Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital.

4.3- O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

4.4- Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, decidindo motivadamente a respeito.

4.5- Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

4.6- Se houver apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

4.7- Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do licitante, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual tenha apresentado proposta.

4.8- Após verificada a proposta mais bem classificada, o pregoeiro verificará quais os licitantes que estão na condição de ME ou EPP.

4.9- Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º da referida Lei Complementar.

5- Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



# Câmara Municipal de Montes Claros

5.1- A ME ou EPP mais bem classificada será convocada a apresentar, nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

5.2- Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

5.3- Não exercendo seu direito de preferência a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no subitem 4.9, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

5.4- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o pregoeiro realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.

5.5- Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

5.6- Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

5.7- O disposto nos itens anteriores somente se aplicará quando a proposta classificada em primeiro lugar não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

5.8- Sendo aceitável a oferta de menor preço por item, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6- Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro verificará se a proposta mais bem classificada negociará com o proponente para que seja obtido melhor preço.

6.1- Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

7- Da sessão lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

8- O licitante vencedor do certame deverá encaminhar ao Pregoeiro, no endereço citado à fl.1 deste edital, **até as 9h (nove horas) do dia útil seguinte à realização do Pregão**, a Proposta Comercial conforme **Anexo II – Modelo de Planilha/Proposta Comercial, AJUSTADA AO PREÇO FINAL**, em uma via, datilografada ou processada em computador, com identificação da empresa licitante, CNPJ, endereço e assinada pelo seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, ou em modelo próprio em que conste todas as informações previstas no referido modelo.

9- Decididos os recursos ou transcorrido *in albis* o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes, exceto aos vencedores, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

---

## X – RECURSOS E CONTRARRAZÕES

---

1- No final da sessão, após a declaração do vencedor, os licitantes poderão manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do pregoeiro, e deverão apresentar suas razões no prazo único de 3 (três) dias úteis, a partir do dia seguinte à sua manifestação.

1.1- Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

1.2- No prazo recursal, fica assegurada vista dos autos;

1.3- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso;

1.4- O licitante cuja proposta comercial tenha sido desclassificada antes da etapa de lances poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso.

1.5- Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.



# Câmara Municipal de Montes Claros

**2- Os recursos e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:**

2.1- ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, aos cuidados do Pregoeiro, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, conforme estabelecido no item 1 deste título;

2.2- ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, nos casos de anulação ou revogação, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**;

2.3- ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo **representante legal ou credenciado** do licitante, **devidamente comprovado**.

2.4- ser protocolizado na Coordenadoria de Compras e licitações da Câmara, na Rua Urbino Viana – Nº 600 – Centro – Montes Claros/MG - CEP 39400-087.

3- A Câmara não se responsabilizará por memoriais de recursos e contrarrazões endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no subitem 2.4 acima, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

4- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5- Os recursos serão dirigidos à autoridade competente, por intermédio do pregoeiro que, reconsiderando ou não sua decisão, o fará subir, devidamente informado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6- Os recursos serão decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7 - A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação em jornal de circulação local e, ainda, estará afixado no quadro de avisos da Câmara.

---

## XI- ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

---

1- Inexistindo manifestação recursal o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

2- Impetrado recurso, após decidido, o Pregoeiro divulgará a decisão, por publicação no jornal de circulação local e no quadro de avisos da Câmara, competindo à autoridade superior adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.

---

## XII – DO CONTRATO

---

1- Os equipamentos deverão ser executados em até 120 dias, conforme cronograma, após assinaturas do Contrato.

1.1- Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

1.1.1- se disser respeito à especificação ou imperfeição, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua correção ou cancelando da compra, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

1.1.2- na hipótese de correção, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

1.1.3- se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou correção, podendo cancelar a compra sem prejuízo das penalidades cabíveis;



# Câmara Municipal de Montes Claros

1.2- Os serviços deverão ser concluídos em até 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato no prédio da Câmara Municipal de Montes Claros.

1.3- A Câmara reserva-se o direito de não aceitar os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório e seus anexos, podendo cancelar a aquisição e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

**1.4- Para assinatura de contrato o contratado deverá apresentar ART e projeto específico de montagem e sustentação dos sistema de andaime, balancinho, plataforma elevatória ou similar, necessário para execução do objeto do edital que atenda todas as normas técnicas e de segurança vigente.**

---

## XIII – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

---

1- O setor competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar os objetos desta licitação será o Engenheiro fiscal contratado pela Câmara Municipal de Montes Claros-MG, observado o artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93.

2- Na ocorrência de atrasos na entrega, a Câmara poderá aplicar as penalidades previstas neste Edital.

---

## XIV - PAGAMENTO

---

**1 - A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pela ATF, sob o número:**

010101.031.0001.1001 – CONSTRUÇÃO, REFORMA AMPL. PRÉDIO CÂMARA  
344905100000 – OBRAS E INSTALAÇÕES

2- O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Assessoria Técnica Financeira/Tesouraria da Câmara Municipal de Montes Claros, por processo legal, até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota fiscal acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento e as CND'S de FGTS, INSS e trabalhista.

2.1- Se os serviços não forem entregues conforme condições deste edital, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

2.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

3- Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

4- Todos os documentos apresentados na fase de habilitação deverão encontrar-se com prazo de validade vigente na data do pagamento. Caso contrário, documento(s) atualizado(s) deverá(ão) ser reapresentado(s).

---

## XV- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

---

1- O adjudicatário que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar os objetos, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e será descredenciado dos sistemas de cadastramento a que estiver inscrito, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.



# Câmara Municipal de Montes Claros

2- Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

2.1- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso sobre o valor da proposta, até o 30º (trigésimo) dia, calculado por ocorrência;

2.2- 20% (vinte por cento) sobre o saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

2.3- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

3- As sanções previstas, face á gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

4- O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Câmara. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta da Câmara, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.

---

## XVI - DISPOSIÇÕES GERAIS

---

1- Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

1.1- **Anexo I** – Termo de referência;

1.2- **Anexo II** – Modelo de Planilha/Proposta Comercial;

1.3- **Anexo III** – Modelo de Carta de Credenciamento;

1.4- **Anexo IV** – Modelo de Declaração de Condição de ME, EPP ou Equiparada;

1.6- **Anexo V** – Modelo de Declarações: Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil; de Inexistência de Superveniência e Fato Impeditivo; de Cumprimento do Artigo 100 da L.O.M.; de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação do processo licitatório em epígrafe, em atenção ao art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002;

1.7- **Anexo VI** – Minuta de contrato.

1,8 – **Anexo VII** – Declarações de Conhecimento e Vistoria Técnica

2- O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

3- A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

4- Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

5- Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

6- O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante a tramitação do certame e em especial na Sessão do Pregão, e relevar omissões puramente formais observadas na



# Câmara Municipal de Montes Claros

documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

6.1- Se houver solicitação de documentos em diligências, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio.

6.2- O não cumprimento, no prazo determinado, do que for solicitado na diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

6.3- Caso o pregoeiro ache conveniente, poderá suspender a sessão temporariamente e retornar em seguida.

7- A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

8- A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Câmara Municipal de Montes Claros revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado para conhecimento dos participantes da licitação.

9- A Câmara Municipal de Montes Claros poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

10- Para atender a seus interesses, a Câmara Municipal de Montes Claros reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos aos limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

11- As decisões do Presidente da Câmara e do Pregoeiro serão publicadas em jornal local e no quadro de avisos da Câmara, podendo, quando for o caso, ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

12- Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Montes Claros, 11 de julho de 2022.

## **Pregoeiro:**

João José Oliveira de Aguiar

## **Equipe de Apoio:**

Anderson Ramos e Santos

Eliane Aparecida Costa

Macreidy Valesia Barbosa Caldeira

Nilton Lúcio Cavalcante





# Câmara Municipal de Montes Claros

## ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO E TERMO DE REFERÊNCIA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2022

#### 1. OBJETO:

Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços, com fornecimento de materiais para Instalação fachada revestida em ACM com 4mm de espessura (marca de referência utilizada: bold ou similar), com estrutura de fixação em Alumínio para o prédio da Câmara Municipal de Montes Claros, conforme projetos existentes.

**Observação 1:** Onde consta no projeto de fachada pele de vidro na caixa de elevador externo, a mesma será substituída por ACM, contemplar esta modificação.

**Observação 2:** Visando maior durabilidade, a estrutura de sustentação das placas de alumínio composto (ACM) deverá ser executada em alumínio estrutural em substituição ao aço presente no projeto.

**Observação 3:** No projeto, onde se lê “Placa em ACM 4mm fixadas em estrutura de aço galvanizado chapa 14”... Leia-se: Placa em ACM 4mm fixadas em estrutura de alumínio.

**Observação 4:** A placa do letreiro da fachada principal deverá ser refeita.



#### 2. JUSTIFICATIVA

- O pleito do presente TR e desta licitação é a contratação de empresa especializada no serviço de fachada em ACM, com o intuito de realizar serviços no edifício da Câmara Municipal de Montes Claros - MG.
- Atualmente, ocorre infiltração ao longo da estrutura metálica, decorrentes de dilatações, aberturas e falta de nivelamento entre a estrutura metálica e alvenaria de vedação/ revestimento da fachada.
- A água alcança a estrutura do edifício chegando até os ambientes internos. Infiltrações em estruturas podem causar diversos problemas, tais como: (i) fissuras e trincas; (ii) mofo e bolores; (iii) bolhas no acabamento; (iv) deslocamento do acabamento; (v) manchas nas pinturas; (vi) mau cheiro; e (vii) número excessivo de mosquitos. Todas essas patologias resultam em depreciação do edifício da Câmara Municipal de Montes Claros -MG, conseqüentemente, em experiências desagradáveis dos usuários.

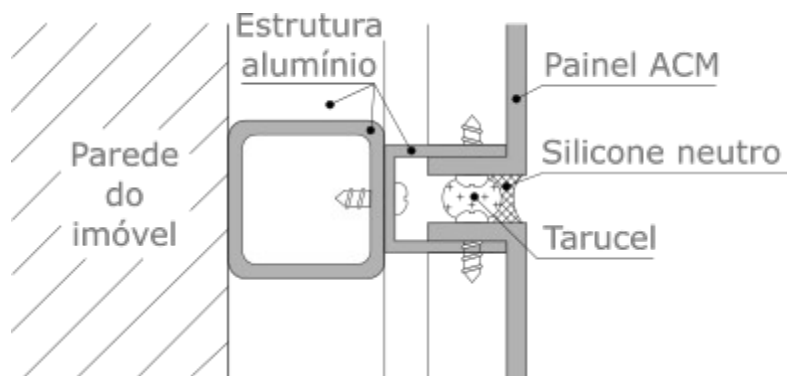


# Câmara Municipal de Montes Claros

- A Câmara Municipal de Montes Claros, com o intuito de manter o ambiente de trabalho saudável para seus colaboradores e, também, a ótima experiência de seus usuários, entende que resolver por definitivo essa infiltração é de extrema importância e urgência, além da melhora térmica proporcionada pela instalação do revestimento em ACM e a estética do prédio como um todo.
- A realização desse trabalho somente pode ocorrer pelo lado de fora do edifício. Com a instalação de andaime fachadeiro e todos os materiais necessários para a instalação e segurança de todos os colaboradores.

## 3. DETALHAMENTO DO OBJETO

- Deverá ser instalado ACM com características técnicas (cor, dimensões, técnicas e visuais) compatíveis com o projeto anexo bem como a consideração da modificação informada anteriormente: "Onde consta no projeto de fachada pele de vidro na caixa de elevador externo, (estrutura em construção), a mesma será substituída por ACM, contemplar esta modificação."
- As chapas de ACM deverão ter espessura total de 4mm. Utilizar chapa ACM bold ou equivalente técnico.
- Deve ser utilizado junta de dilatação de 10 a 12 milímetros preenchida por um cordão de poliuretano (tarucel) e vedada com silicone neutro.
- A empresa responsável pela execução deverá isolar a área de instalação, visando a segurança.
- Recolocação do tarucel.
- A empresa deverá utilizar tarucel de cor cinza e aplicá-lo de modo a preencher todo o vão.
- O tarucel deverá ter em sua face externa pelo menos 5mm de profundidade.
- A empresa deverá utilizar selante de silicone neutro monocomponente de cor cinza (a tonalidade deverá ser aprovada antes da aplicação) específico para selagem de fachadas de edificações e resistente a intempéries.
- Referência: Dow Corning 791 Selante de Silicone Resistente à intempérie.
- Para a aplicação do silicone, a CONTRATADA deverá proteger as laterais da junta com fita crepe de modo a evitar manchas e desalinhamentos do produto.
- O acabamento do silicone deverá ser "abaulado".



Detalhe da junta do ACM

- Para a execução desses serviços, a CONTRATADA deverá considerar no orçamento todos os custos indireto e diretos, transporte, mobilização, desmobilização, andaime, sistema de içamento e todos os materiais necessários.

## 4. INFORMAÇÕES GERAIS

### MATERIAIS

- O fornecimento de peças e de materiais necessários para a execução dos serviços é de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA.
- A CONTRATADA deverá observar todas as disposições constantes dos projetos disponibilizados.
- *Esclareça-se que as marcas indicadas no presente instrumento constituem mera referência e sugestão, como forma de garantir o padrão mínimo de qualidade de material. Serão, portanto, aceitos produtos similares, desde que atendam às especificações deste instrumento, condicionados, ainda, à aprovação por parte do Câmara Municipal de Montes Claros antes da aplicação/instalação.*



# Câmara Municipal de Montes Claros

## EQUIPAMENTOS:

- A CONTRATADA deverá fornecer a todos os funcionários equipamentos adequados ao uso e em perfeito estado de funcionamento e conservação, inclusive os equipamentos de proteção individual – EPI's, instrumentos e ferramentas necessários à execução dos serviços.
- Quanto aos EPI's, a CONTRATADA deverá treinar a equipe quanto ao obrigatório e correto uso destes, tomando as medidas necessárias para o acompanhamento desta utilização.
- A CONTRATADA deverá observar todas as disposições constantes dos projetos disponibilizados no ANEXO DE PROJETOS.

## UNIFORME E IDENTIFICAÇÃO:

- Todos os profissionais disponibilizados pela CONTRATADA, para a execução dos serviços previstos neste instrumento, deverão portar crachá de identificação e estar uniformizados, com uniformes em boas condições de uso.

## NORMAS TÉCNICAS

- A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, dos decretos, dos regulamentos, das portarias, das normas federais, estaduais, municipais e das normas da ABNT, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, em sua versão mais atualizada, mesmo que não mencionadas no instrumento.
- Nos casos de atualização das normas, será considerada como parâmetro a última revisão das mesmas.
- A CONTRATADA deverá observar todas as disposições constantes dos projetos disponibilizados no ANEXO DE PROJETOS e neste Termo de Referência.

## REMOÇÃO DE ENTULHO E LIMPEZA DE OBRA

- A remoção de entulho, incluindo fornecimento de caçamba estacionária, carregamento, transporte vertical e horizontal de entulho e descarte em local apropriado e licenciado ambientalmente para esta atividade, é de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA.
- A CONTRATADA deverá efetuar, sob sua exclusiva responsabilidade, o transporte horizontal e vertical de todos os itens constantes no presente instrumento, levando em consideração os acessos e os horários de entrada disponíveis no imóvel de realização da obra, obedecendo aos horários disponibilizados pela Câmara Municipal de Montes Claros.
- A remoção de entulho deve ser periódica, com o objetivo de manter o ambiente limpo e desobstruído de entulho de qualquer natureza.
- O descarte deve acontecer em locais credenciados e atender integralmente o disposto em legislações vigentes para o caso.
- A CONTRATADA deverá providenciar limpeza diária durante os serviços e limpeza fina após a conclusão.
- A CONTRATADA deverá realizar a limpeza fina após conclusão, nos locais de execução de serviço, considerando varrição, lavagem completa e organização dentro da mais perfeita técnica, tomados os devidos cuidados de forma a se evitarem danos a terceiros.
- A CONTRATADA deve respeitar todas as orientações acerca das rotinas de limpeza, funcionamento e da forma de destinação dos entulhos, principalmente no que concerne à reciclagem.

## **5. CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- Os serviços constantes do presente instrumento devem seguir as orientações contidas em projeto, Termo referência e reuniões, caso necessário, com a fiscalização da obra.
- O horário para execução dos trabalhos e para entrega de materiais será de acordo com o regulamento interno do local, e em conformidade com a legislação municipal vigente. Os horários de realização dos serviços serão agendados após a reunião inicial de alinhamento e de acordo com o cronograma.
- Iniciados os serviços, deve a CONTRATADA conduzi-los, contínua e regularmente, dentro do cronograma estabelecido.
- Os serviços devem ser finalizados no prazo máximo estabelecido neste instrumento. Entende-se por serviços finalizados o cumprimento dos prazos para execução total descritos neste instrumento e aprovados formalmente pela Câmara Municipal de Montes Claros- MG.



# Câmara Municipal de Montes Claros

- Verificada a ocorrência de atraso no cronograma, em relação às etapas programadas, a CONTRATADA deverá reorganizar suas horas de trabalho, buscando restabelecer o cronograma, sendo que, neste caso, o ônus ou os eventuais prejuízos daí decorrentes deverão ser por ela suportados.
- Havendo a necessidade de alteração de datas e horários, bem como de paralisação parcial de serviços previstos em cronograma, visando a adequação e funcionamento do plenário, a Câmara Municipal de Montes Claros – MG informará de sua agenda de funcionamento, semanalmente.
- O fornecimento e o recebimento, no local, de todos os materiais necessários para a execução dos serviços ora contratados, serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- A contratação contempla a execução dos serviços relacionados neste instrumento, os quais deverão ser realizados conforme orientações constantes em normas técnicas vigentes da ABNT e em especificações de fabricantes de produtos aplicados.
- Todos os equipamentos e materiais adquiridos, bem como os de consumo, empregados nos serviços, deverão ser novos, de primeira linha e devem atender rigorosamente aos padrões especificados pelos fabricantes dos equipamentos e às normas vigentes da ABNT e as demais normas internacionais aplicáveis ao caso.
- Se julgar necessário, o Câmara Municipal de Montes Claros - MG poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados nas instalações. Os ensaios e as verificações, quando necessários, serão providenciados pela CONTRATADA, sem ônus para a Câmara Municipal de Montes Claros – MG.
- São considerados materiais de consumo, os materiais aplicáveis para execução de serviços em geral e equipamentos ou instalações, tais como: panos, estopas, fita isolante e multiúso, silicone, graxa, lixa, vareta de solda, lubrificante, óleo, rodos, vassouras, brochas e demais materiais que se façam necessários para realização da montagem e/ou instalação, além dos produtos de limpeza pessoal dos funcionários.
- Todos os serviços executados deverão estar em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo, ainda, satisfazer rigorosamente às normas brasileiras e do Ministério do Trabalho.
- A CONTRATADA deverá fornecer materiais para o recobrimento, para a organização das atividades e para a proteção da obra, para que seja possível o contínuo e o permanente andamento das atividades corriqueiras do prédio.
- A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos e os materiais necessários a serem utilizados para a execução dos serviços, para a sustentação e para o içamento de equipamentos e componentes, e para a sinalização de áreas de trabalho para proteção dos seus funcionários e de terceiros, tais como: **andaime, escada, ferramentas, máquinas, corda, carretilha, cones e plataformas de isolamento, placas de sinalização, fita zebra, corrente e demais materiais que se façam necessários.**
- Deverão ser retirados do recinto da obra os materiais que porventura estejam em desacordo com esse objeto, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação da Câmara Municipal de Montes Claros - MG.
- Em hipótese alguma, será autorizada a permanência de materiais inflamáveis ou tóxicos nas instalações da Câmara Municipal de Montes Claros - MG. Tais materiais, quando necessários, deverão ser previamente autorizados, por escrito, pela Câmara Municipal de Montes Claros - MG, e sendo disponibilizado e utilizado imediatamente pela CONTRATADA.
- Se houver danos ao piso, pintura, vidros, chapas de ACM e outros, durante a execução dos serviços, a CONTRATADA será responsabilizada pela substituição de peças danificadas, obedecendo rigorosamente à instalação atual, segundo as normas vigentes da ABNT aplicáveis ao caso e especificações de fabricantes.
- A CONTRATA é responsável pela identificação da proteção da área de risco de queda de materiais.
- **Trabalhos que gerarem ruídos ou odores em excesso deverão ser realizados em cronograma ajustado com a Gerência da Câmara Municipal de Montes Claros – MG ou previamente acordados.**
- **O transporte de materiais não poderá ser feito pelo elevador.**

## 6. LOCAL DE EXECUÇÃO

- Os serviços serão executados no edifício SEDE da Câmara Municipal de Montes Claros - MG, situado à Rua Urbino Viana, 600 - Centro, Montes Claros - MG, 39400-087.

## 7. DA SOLICITAÇÃO E DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

- Da solicitação dos serviços



# Câmara Municipal de Montes Claros

- A solicitação do serviço contratado será realizada por meio da entrega à CONTRATADA da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, que será apresentada em reunião inicial e presencial, cujo objetivo é: (a) fornecer instruções; (b) apresentar o cronograma geral; (c) fazer considerações; (d) repassar as características gerais do serviço/obra; (e) ressaltar as peculiaridades de execução de obras/serviços; e (f) transmitir outras informações que se fizerem necessárias à satisfatória execução do objeto.
- O cronograma deverá ser analisado e aprovado pela Câmara Municipal de Montes Claros - MG, antes do início da execução dos serviços. Obedecendo a instalação existente, que impossibilita parte da execução dos serviços devido a instalações de equipamentos externos de ar condicionado.
- O cronograma final deverá ser ajustado, podendo a obra ser finalizada, apenas após a retirada por parte da Câmara Municipal de Montes Claros – MG dos equipamentos externos de ar condicionado.
- Caso seja necessário, a Câmara Municipal de Montes Claros - MG poderá aprovar a adequação do cronograma em relação às etapas originalmente previstas.
- Outras reuniões poderão ser agendadas pela Câmara Municipal de Montes Claros - MG, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, quando houver formalização da solicitação, necessidade de ajustes em relação à execução do objeto, dentre outras necessidades.

- Dos prazos de execução

- A CONTRATADA deverá iniciar as atividades em até 10 (dez) dias consecutivos, a partir da entrega da Ordem de Início de Serviço pela Câmara Municipal de Montes Claros – MG.
- O prazo de execução é de 120 (cento e vinte) dias, ficando a execução em sua totalidade condicionado a retirada por parte da Câmara Municipal de Montes Claros – MG dos equipamentos de ar condicionado instalados na parte externa. Caso ocorra atraso por parte da Câmara Municipal de Montes Claros – MG nesta retirada, a mesmo não acarretará ônus para a Câmara Municipal de Montes Claros – MG, sendo reajustado o cronograma de execução.
- A CONTRATADA, caso considere necessário, poderá trabalhar durante feriados, finais de semana e feriados para atender ao prazo de execução, desde que solicite autorização prévia.
- Os serviços deverão ser executados de forma a interferir minimamente no funcionamento do edifício, considerando, inclusive, finais de semana e feriados. Deve ser apresentado um cronograma a ser aprovado pela Câmara Municipal de Montes Claros - MG, atendendo a essas condições.
- No prazo total de execução, estão inclusos os prazos para fornecimento, instalação de materiais e execução dos serviços.

## **8. FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÕES E RECEBIMENTOS**

- **DA FISCALIZAÇÃO**

- Observado o disposto no artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93, a execução dos serviços será acompanhada pela equipe de fiscalização da Câmara Municipal de Montes Claros - MG, durante toda a vigência contratual. Os mesmos deverão ser aprovados pela Câmara Municipal de Montes Claros - MG antes do faturamento.
- A CONTRATADA deverá corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas, o serviço prestado com vício, defeito ou incorreção, decorrente de execução irregular, no emprego ou no fornecimento de materiais inadequados.

- **DAS MEDIÇÕES**

- As medições serão realizadas por etapas, sendo divididas de acordo com a execução em comum acordo e conforme cronograma físico-financeiro.

- **DO RECEBIMENTO**

- A Câmara Municipal de Montes Claros - MG terá até 05 (cinco) dias úteis para análise da medição, prévia aos procedimentos de pagamentos.
- O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias corridos, após a aprovação dos serviços, pela fiscalização da Câmara Municipal de Montes Claros - MG.
- Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da validade dos documentos de regularidade fiscal.





# Câmara Municipal de Montes Claros

- Por ocasião da medição, a equipe técnica da Câmara Municipal de Montes Claros - MG verificará a sua conformidade com as exigências constantes deste termo de referência, e os receberá provisoriamente ou definitivamente.
- O recebimento definitivo total da obra apenas ocorrerá por ocasião de sua conclusão e aceite final emitido pela Câmara Municipal de Montes Claros - MG.
- O recebimento definitivo dos serviços não exclui ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios redibitórios (ocultos), nos termos da legislação pertinente.  
A Câmara se reserva o direito de não receber os serviços em atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal nº. 8.666/93.

## 9. GARANTIA

- A CONTRATADA deve garantir os serviços descritos no presente instrumento dentro do prazo de garantia de 12 (doze) meses para todos os serviços prestados e os materiais empregados, considerando, ainda, prazos maiores quando legalmente garantidos por fornecedor.
- Esta garantia deve ser total e abranger materiais e mão de obra, contra quaisquer defeitos de qualidade, de execução e de instalação.
- A CONTRATADA será responsável pela substituição, pela troca ou pela reposição de materiais porventura entregues ou instalados com defeito ou não compatíveis com as especificações deste instrumento, até 12 (doze) meses após a conclusão e a entrega final dos serviços, e do expresse aceite/recebimento pela Câmara Municipal de Montes Claros - MG.
- Excluem-se desta garantia os defeitos provocados por desobediência às recomendações de uso e de manutenção do sistema.
- Durante o período de garantia, a CONTRATADA deve garantir:
- Irrestrita e ilimitadamente, o perfeito funcionamento de cada um dos itens previstos no escopo de fornecimento por todo o período de vigência contratual, contados a partir da data de aceite.
- Toda assistência necessária à equipe de colaboradores da Câmara Municipal de Montes Claros - MG, sempre que acionada, para esclarecimentos de dúvidas e execução de ajustes nos itens fornecidos pela mesma, sem qualquer ônus.
- A substituição, ilimitada, dos itens defeituosos ou repará-los, quando for o caso, colocando os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, de acordo com o estabelecido neste instrumento, sem quaisquer ônus.
- Caso haja necessidade de conserto de um determinado item por mais de uma vez, a partir da terceira vez o mesmo deve ser substituído integralmente.
- A CONTRATADA deverá entregar um TERMO DE GARANTIA, logo após sua conclusão e atesto dos serviços, indicando data de entrega dos serviços, além de informações de prazo e cobertura da garantia. Tal documento deverá ser atestado pela Câmara municipal de Montes Claros.

## 10. SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA, em nenhuma hipótese, poderá subcontratar os serviços deste objeto.

## 11. VISTORIA TÉCNICA

O licitante **PODERÁ** agendar a Visita Técnica (facultativa) junto Coordenadoria de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Montes Claros pessoalmente ou através dos telefones (38) 99118-5400 / 3690-5400 (Ramal 5452 / 5453 / 5473) (segunda e sexta – exceto feriados), das 08:00 às 14:00, até o dia útil anterior à data de realização do certame. **Caso não faça a visita técnica e não apresente o atestado de vistoria emitido pela Câmara, o licitante deverá atestar que conhece o local e as condições de realização da obra, por meio de declaração própria, conforme anexo VII, sob pena de inabilitação.**

## 12. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA





# Câmara Municipal de Montes Claros

O desembolso se fará mediante rubrica da seguinte dotação orçamentária:

010101.031.0001.1001 – CONSTRUÇÃO, REFORMA AMPL. PRÉDIO CÂMARA  
344905100000 – OBRAS E INSTALAÇÕES

ocorrendo adequação orçamentária e financeira com o orçamento aprovado para o órgão, conforme estimativa de impacto orçamentário financeiro, emitida pela Assessoria Técnica Financeira, devidamente assinada pelo Sr. Adailton da Silva Oliveira – CRC/MG 119441, constante dos autos.

## **13. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO**

No caso de defeitos ou imperfeições nos produtos, os mesmos serão recusados, cabendo à contratada substituí-los por outros com as mesmas características exigidas no Edital, no prazo a ser determinado pela Câmara.

## **14. PRAZO DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA**

O objeto deverá ser entregue em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da ordem de compra, nas dependências da Câmara Municipal o qual será recebido pelo Engenheiro Fiscal contratado pela Câmara Municipal de Montes Claros.

## **15. PAGAMENTO**

O pagamento será feito pela Assessoria Técnica Financeira/Tesouraria da Câmara Municipal de Montes Claros, por processo legal, até 05 (cinco) dias após o fornecimento do objeto e apresentação da Nota fiscal, acompanhada das CND'S de FGTS, INSS e Trabalhista.

A nota fiscal deverá ser emitida pela adjudicatária em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

A Câmara, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la à adjudicatária para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

O pagamento devido pela Câmara será efetuado nas dependências da Câmara, na Tesouraria ou através de depósito bancário em conta a ser informada pela adjudicatária.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a adjudicatária dará à Câmara plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo e forma.

## **16. MULTAS**

Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso sobre o valor da proposta, até o 30º (trigésimo) dia, calculado por ocorrência;

20% (vinte por cento) sobre o saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.



# Câmara Municipal de Montes Claros

As sanções previstas, face a gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Câmara. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta da Câmara, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.



# Câmara Municipal de Montes Claros

## ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2022

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços, com fornecimento de materiais para Instalação fachada revestida em ACM com 4mm de espessura (marca de referência utilizada: bold ou similar), com estrutura de fixação em Alumínio para o prédio da Câmara Municipal de Montes Claros, conforme projetos existentes.

| ITEM | UNID.   | QUANT. | DESCRIMINAÇÃO  | VALOR UNIT. (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|---------|--------|--|-------------------|-------------------|
| 01   | SERVIÇO | 01     | Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços, com fornecimento de materiais para Instalação fachada revestida em ACM com 4mm de espessura (marca de referência utilizada: bold ou similar), com estrutura de fixação em Alumínio para o prédio da Câmara Municipal de Montes Claros, conforme projetos existentes.<br><br><i>Obs.: onde consta pele de vidro na caixa de elevador, a mesma será substituída por ACM, contemplar esta modificação.</i> |                   |                   |

Prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias, contados da data de apresentação da mesma): \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias.

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Telefone / Fax : \_\_\_\_\_ Endereço : \_\_\_\_\_

**Obs.: O licitante vencedor deverá preencher este anexo com todas as informações solicitadas, ajustando o preço ao lance vencedor e encaminhá-lo ao Pregoeiro, devidamente assinado.**

Montes Claros, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Carimbo da empresa / Assinatura do responsável



# Câmara Municipal de Montes Claros

---

## ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

---

(Credenciamento)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2022**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2022**

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade n.º \_\_\_\_\_, como representante da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

Montes Claros, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Assinatura: \_\_\_\_\_

### Observação:

- 1 - Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa.
- 2 – Este documento deverá conter reconhecimento de firma efetuado pelo Cartório de Registro Civil e ser apresentado na fase de credenciamento.



# Câmara Municipal de Montes Claros

---

## ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADA.

---

(Credenciamento)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2022**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

( ) Microempresa, ME, ( ) Empresa de Pequeno Porte, EPP, ou ( ) Micro Empreendedor Individual, MEI, definida no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

( ) Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no ano – calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

(Assinalar a condição da em presa)

( ) Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Montes Claros, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

.....  
Assinatura do representante legal



# Câmara Municipal de Montes Claros

---

## ANEXO V – DECLARAÇÕES

---

(Credenciamento)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2022**

....., inscrito no CNPJ nº .....,  
por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a) ....., portador da Carteira de Identidade  
nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA que:

**I-** para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato superveniente e impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

**II-** não possuir pessoas ligadas ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores municipais, bem como a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, em cumprimento ao artigo 100 da Lei Orgânica Municipal.

**III-** sob as penas da Lei que cumpri plenamente os requisitos de habilitação do processo licitatório em epígrafe, em atenção ao art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002.

**IV-** sob as penas da Lei em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Montes Claros, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)





# Câmara Municipal de Montes Claros

---

## ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

---

### PROCESSO LICITATÓRIO 55/2022 PREGÃO Nº 22/2022

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 25.218.645/0001-26, com sede na Rua Urbino Viana – Nº 600 – Centro – Montes Claros/MG, a seguir denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus; e a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, senhor \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ resolvem firmar o presente contrato de prestação de serviços, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório Nº 55/2022, na modalidade PREGÃO Nº 22/2022, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 8.883/94, Lei Estadual nº 9.444/87, cada qual naquilo que couber, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

---

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

---

Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços, com fornecimento de materiais para Instalação fachada revestida em ACM com 4mm de espessura (marca de referência utilizada: bold ou similar), com estrutura de fixação em Alumínio para o prédio da Câmara Municipal de Montes Claros, conforme projetos existentes.

---

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Das Condições de Execução

---

Os serviços deverão ser concluídos em até 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato no prédio da Câmara Municipal de Montes Claros.

**Para assinatura de contrato o contratado deverá apresentar ART e projeto específico de montagem e sustentação do sistema de andaime, balancinho, plataforma elevatória ou similar, necessário para execução do objeto do edital que atenda todas as normas técnicas e de segurança vigente.**

---

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Limites

---

O fornecimento será limitado à quantidade prevista na ordem de compra.

---

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Despesas Excluídas

---

Estão excluídas do presente contrato quaisquer fornecimentos fora do objeto da presente licitação.

---

#### CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações das Partes

---

**DA CONTRATADA:** Fornecer os produtos requisitados nos termos do processo licitatório.

**DA CONTRATANTE.** Fornecer Ordens de Fornecimento/requisições devidamente assinados e identificados.



# Câmara Municipal de Montes Claros

---

## CLÁUSULA SEXTA – Da Fiscalização dos Serviços

---

A fiscalização, autorização, conferência e recebimento do objeto deste contrato, serão realizados pelo engenheiro fiscal contratado pela Câmara Municipal de Montes Claros – MG, observados os arts. 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

---

## CLÁUSULA SÉTIMA – Do Preço, Forma de Pagamento e Reajuste

---

### I- do Preço

| ITEM | UNID.   | QUANT. | DESCRIMINAÇÃO  | VALOR UNIT. (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|---------|--------|--|-------------------|-------------------|
| 01   | SERVIÇO | 01     | Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços, com fornecimento de materiais para Instalação fachada revestida em ACM com 4mm de espessura (marca de referência utilizada: bold ou similar), com estrutura de fixação em Alumínio para o prédio da Câmara Municipal de Montes Claros, conforme projetos existentes.<br><br><b>Obs.: onde consta pele de vidro na caixa de elevador, a mesma será substituída por ACM, contemplar esta modificação.</b> |                   |                   |

### II- da Forma de Pagamento

1- O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado da seguinte forma:

1.1- Pela Assessoria Técnica Financeira/Tesouraria da Câmara Municipal de Montes Claros, por processo legal, até 05 (cinco) dias após o fornecimento do objeto e apresentação da Nota fiscal, acompanhada das CND'S de FGTS, INSS e Trabalhista, mensalmente.

1.2- Para emissão da fatura, serão tomados como base as Ordens de Fornecimento apresentadas.

1.3- Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

### III- do Reajustamento

1- O valor do objeto cujos preços são controlados, serão reajustados sempre que ocorrer majoração de preços dos produtos a nível nacional ou na base, autorizado pelo governo Federal.

1.1.- A contratante deverá ser informada dos critérios e períodos de reajuste dos produtos, especialmente daqueles cujos preços são controlados.

---

## CLÁUSULA OITAVA – Da Dotação Orçamentária

---

A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da dotação orçamentária:

010101.031.0001.1001 – CONSTRUÇÃO, REFORMA AMPL. PRÉDIO CÂMARA  
344905100000 – OBRAS E INSTALAÇÕES



# Câmara Municipal de Montes Claros

---

## CLÁUSULA NONA – Do Prazo de Vigência

---

1- O prazo de vigência do presente contrato será de 120 (cento e vinte dias) a contar com a data da assinatura do mesmo, ou até o fornecimento total do objeto licitado, prevalecendo, para tanto, a situação que ocorrer em primeiro lugar.

1.1- Havendo necessidade de alteração no valor do contrato, esta será feita através de **Termo Aditivo**, obedecidos os limites legais.

---

## CLÁUSULA DÉCIMA – Das Sanções

---

Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis.

§1º- Fica estabelecido os seguintes percentuais de multas decorrentes de descumprimento contratual:

I- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso sobre o valor da proposta, até o 30º (trigésimo) dia, calculado por ocorrência;

II- 20% (vinte por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

III- 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

§2º- O recolhimento das multas referidas deverá ser feito, através de guia própria, ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.

---

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Rescisão Contratual

---

O contrato poderá ser rescindido, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

§1º- Além das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, constituem causas de rescisão de contrato:

I- Paralisação total ou parcial do fornecimento dos produtos por fatos de responsabilidade da **CONTRATADA**, por prazo superior a 05 (cinco) dias ininterruptos, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

II- Se a **CONTRATADA** se conduzir dolosamente.

III- Se a **CONTRATADA** não cumprir as determinações da fiscalização.

§2º- Além das hipóteses anteriores, poderá o **CONTRATANTE** rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por falência, concordata, dissolução, insolvência da **CONTRATADA**, e, em se tratando de firma individual, por morte de seu titular.

---

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Vinculação Contratual

---

Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo LICITATÓRIO Nº 55/2022, modalidade Pregão 22/2022, que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á rigorosa obediência ao Edital Convocatório.



# Câmara Municipal de Montes Claros

---

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Publicação

---

O extrato do presente contrato será publicado no quadro de avisos localizado nas dependências da Câmara Municipal de Montes Claros, no Diário Oficial do Município e no site [www.montesclaros.mg.leg.br](http://www.montesclaros.mg.leg.br).

---

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Foro

---

Fica eleito o Foro da Comarca de Montes Claros para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Montes Claros, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Cláudio Rodrigues de Jesus  
Presidente  
Câmara Municipal de Montes Claros

\_\_\_\_\_  
Contratada

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Nome:  
Ci:

2) \_\_\_\_\_  
Nome:  
Ci:



# Câmara Municipal de Montes Claros

---

## ANEXO VII – DECLARAÇÕES DE CONHECIMENTO E VISTORIA TÉCNICA

---

(Habilitação)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2022**

Declaro, para os devidos fins, que tenho conhecimento do local onde se realizarão a entrega e instalação do ACM na fachada no prédio da Câmara Municipal de Montes Claros, responsabilizando-me pela execução dos mesmos e pela fiel observância da execução do objeto de acordo com os projetos, memoriais e especificações técnicas, detalhes e catálogo de componentes. Declaro, também, a concordância com os quantitativos, preços unitários e global apresentados, bem como demais elementos técnicos fornecidos pela Câmara Municipal de Montes Claros/MG e, aceito, como sendo válida a situação em que se encontra o local para a realização do objeto desta licitação e pelo cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

Montes Claros/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

**Observação: Não poderá haver modificações no texto acima, sob pena de desclassificação na licitação.**